

Revista do CESOP http://doi.org/10.1590/1807-0191202430112 e-ISSN 1807-0191

ARTIGO ORIGINAL



Conservadores convertidos: o "efeito Bolsonaro" em 2018



As análises correntes deixam explícito que o candidato Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) conseguiu galvanizar um conservadorismo latente da população, à espera de uma liderança capaz de traduzir anseios pouco representados nas disputas presidenciais. Esses estudos padecem de um problema de endogeneidade: afinal, Bolsonaro também seria capaz de deixar o eleitorado mais conservador? Para iluminar essa questão, utilizamos uma técnica de *matching*, a fim de produzir um arcabouço que minimize vieses de variável omitida e problemas de simultaneidade. Como resultado, propomos que a vinculação ideológica dos eleitores com Bolsonaro não reside somente na capacidade de atração da parcela conservadora do eleitorado, mas na mudança de posicionamento dos eleitores ao longo do pleito para se alinhar com as ideias expostas pelo então candidato, o que chamamos de "efeito Bolsonaro". *Palavras-chave*: efeito Bolsonaro; *matching*; causalidade reversa, conversão

Introdução

O candidato Jair Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), injetou um nível maior de saliência para as questões ideológicas nas eleições de 2018. Bolsonaro, enquanto deputado federal, ficou famoso no cenário político brasileiro por suas posições conservadoras no campo dos costumes e no tema da segurança pública (Quadros; Madeira, 2018; Fuks; Marques, 2020). Durante o pleito presidencial, o capitão reformado seguiu com suas crenças contrárias ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à educação sexual nas escolas, à descriminalização do uso de drogas; bem como pleiteou o armamento da população, o endurecimento das penas para presos e, até mesmo, o uso de execuções sumárias. Suas ideias em relação à democracia eram, ainda, um tanto ambíguas, com elogios recorrentes à ditadura civil-militar implantada no país (1964-1985) e a suspeição dos resultados produzidos pelo sistema eleitoral (Cohen et al., 2023).

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte (MG), Brasil. E-mail: <thiagomoreira@ufmg.br>.

² Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília (DF), Brasil. E-mail: <luciorenno@unb.br>.

Há, desde então, um certo consenso de que o presidenciável do PSL se beneficiou de preferências conservadoras por parte do eleitorado, embora os pesquisadores tenham identificado ainda uma série de outros fatores com influência nos desdobramentos do pleito – como a mobilidade social, o fato de ser beneficiário de programas sociais (Amaral, 2020; Rennó, 2022), aspectos sociodemográficos e o antipetismo (Nicolau, 2020). Conforme Rennó (2020), Bolsonaro teve maior apoio dos afeitos ao liberalismo econômico e da diminuição de políticas sociais, bem como dos que afiançavam medidas mais severas para garantir a lei e a ordem, e dos partidários do reacionarismo moral. Fuks e Marques (2020) lançaram luz sobre os aspectos contextuais para mostrar que, num ambiente em que as linhas ideológicas são mais nítidas, há maior consistência das inclinações por parte dos cidadãos e, consequentemente, maior alinhamento entre as atitudes e o comportamento político, quando cotejado com pleitos anteriores. Ao trilhar caminho semelhante, Singer (2021) argumenta que o bolsonarismo contribuiu para "reativar posições adormecidas, mas não extintas" (p.710) de uma certa predisposição conservadora dos brasileiros.

A literatura acima converge ao argumentar que Bolsonaro foi um catalisador do conservadorismo no Brasil e talvez tenha iniciado um novo alinhamento eleitoral no país: consistente internamente e coerente temporalmente (Rennó, 2022). Assim, Bolsonaro começa a mobilizar o eleitorado conservador antes da eleição de 2018 e avança em sua consolidação no exercício do mandato. Este artigo acompanha os estudos acima citados, mas tem por objetivo colocar uma ênfase alternativa na relação entre ideologia e voto. As análises elencadas deixam mais ou menos explícito que a mudança na oferta eleitoral em 2018 serviu para galvanizar um certo conservadorismo latente de um segmento importante da população à espera de uma liderança capaz de traduzir anseios pouco representados nas disputas presidenciais. Nessa linha teórica, a campanha bolsonarista funcionou como um instrumento para tornar assuntos salientes, e politicamente mais relevantes, a ponto de encontrar uma demanda cativa.

Por outro lado, Pereira (2020) e Russo, Pimentel Júnior e Avelino (2022) questionam a relação da causalidade entre ideologia e voto. O primeiro autor, embora não disserte acerca das eleições de 2018, indica certo ceticismo no que tange ao vínculo entre ideologia e voto no Brasil. A partir de modelos de defasagem, Pereira (2020) mostra que, pelo menos no pleito de 2010, o voto exerce efeito sobre ideologia, e não o contrário. Isso porque a preferência pelos candidatos é mais estável ao longo do tempo do que o autoposicionamento ideológico dos respondentes. Ademais, o efeito se manteve até para os setores mais sofisticados, grupo que geralmente possui maior consistência nas inclinações políticas. Russo, Pimentel Júnior e Avelino (2022) também expõem o problema de causalidade reversa com métodos experimentais, mas focando nas eleições de 2018.

Neste artigo, propomos que ambos os fenômenos ocorreram em 2018. Bolsonaro foi catalisador de um movimento que alinhou setores da direita conservadora no Brasil como nunca no período democrático, mas também levou à mudança de posicionamento dos eleitores ao longo do pleito para se alinharem com as ideias expostas pelo então

candidato, o que chamamos de "efeito Bolsonaro". Em outras palavras, o ex-capitão, a um só tempo, trouxe para si setores de direita e, além disso, fez com que seus apoiadores expressassem visões mais conservadoras em temas vinculados às questões morais, de segurança pública e nas opiniões acerca dos regimes militares.

Os resultados indicam que esses trabalhos anteriores, aparentemente contraditórios, são, na verdade, complementares. Rennó (2020, 2022) argumenta que posicionamentos sobre atitudes motivam o voto e que há uma significativa consistência temporal do apoio conservador a Bolsonaro no eleitorado brasileiro. Já Russo, Pimentel Júnior e Avelino (2022) indicam que eleitores mudaram suas posições ideológicas para que elas estivessem alinhadas com a precedente escolha eleitoral por Bolsonaro. Mostramos aqui que ambas as explicações estão adequadas ao caso brasileiro de 2018. Bolsonaro catalisou e alinhou eleitores conservadores e convenceu eleitores que se converteram a ele ao longo da campanha a também adotar preferências conservadoras. O argumento da endogeneidade, no entanto, não identifica o mecanismo causal da mudança apenas a sua temporalidade. Pois bem, é plenamente razoável que um eleitor que adere primeiro a Bolsonaro, por diversos outros motivos, passe também a externalizar de maneira sincera, e não sofisticada, suas visões mais conservadoras sobre o mundo. Portanto, ambos os elementos, simpatia por Bolsonaro e temas políticos, se imiscuem na definição do voto, passando a ser uma síndrome ou manifestação única de orientação política.

Nesse sentido, este artigo compartilha a ideia de que as atitudes políticas podem ser maleáveis, passíveis de alteração, de acordo com as mensagens transmitidas por lideranças políticas, pelo contexto ou por pistas fornecidas ao longo da campanha (Zaller, 1992; Slothuus; Bisgaard, 2021). Essas mudanças são ainda mais voláteis durante os pleitos, quando a população fica mais atenta ao jogo político e tem maior exposição às informações divulgadas pelos candidatos (Lenz, 2012; Baker; Ames; Rennó, 2020). Fora isso, adotamos a perspectiva de que as preferências podem ser consequências de ações isto é, de que as ações não refletem as inclinações fixas dos indivíduos, mas são encampadas por diversas razões e se ajustam aos comportamentos para justificar os atos praticados (Acharya; Blackwell; Sen, 2018). Contudo, isso não significa que preferências cristalizadas não existam e que não sejam também mobilizadas eleitoralmente. Em 2018, ambos os processos coexistiram em benefício da agenda conservadora de Jair Bolsonaro.

A hipótese segundo a qual a campanha de Bolsonaro produziu mudança de atitudes no eleitorado, além de ter mobilizado eleitores já identificados com o conservadorismo, é investigada a partir de dados de painel contidos em Cohen et al. (2023). Examinamos, sobretudo, as atitudes daqueles que não votariam no candidato e mudaram suas posições, pró-Bolsonaro, ao longo do primeiro turno, com um desenho de pesquisa baseado em técnicas inferenciais com dados observacionais (Rosenbaum, 2010). O procedimento se aproxima do arcabouço experimental ao focalizar os possíveis vieses de variável omitida e de problemas de simultaneidade entre as variáveis independentes e a variável dependente, ainda que não nos permita a manipulação aleatória de um tratamento. Como vantagem,

nosso desenho reforça a validade externa por se tratar de um contexto real do pleito presidencial, e não de um ambiente controlado, tornando mais difícil a obtenção de resultados significativos (Barabas; Jerit, 2010).

Os achados são consistentes com a compreensão de reposicionamento do eleitorado para acompanhar as informações propagadas por Bolsonaro em temas salientes. Complementamos o trabalho de Russo, Pimentel Júnior e Avelino (2022) ao mostrar que o alinhamento não se restringe ao autoposicionamento ideológico, mas está presente em atitudes diversas como a aceitação dos homossexuais em cargos públicos, a execução sumária de "bandidos" e a anuência a golpes militares.

O artigo ainda dialoga com as literaturas nacional e internacional de múltiplas formas. Primeiro, explorando os efeitos das atitudes (ou a mudança delas) no comportamento político, assunto que vem ganhando corpo na ciência política brasileira em tempos recentes (Oliveira; Turgeon, 2015; Silva, 2019; Fuks; Marques, 2020; Rennó, 2020). Depois, porque confere maior importância aos estudos de causalidade e traz à tona a discussão, proposta anteriormente por Pereira (2020) e Russo, Pimentel Júnior e Avelino (2022), de endogeneidade entre ideologia e voto, mas sem descartar o fato de que para parte significativa do eleitorado a direcionalidade é de posicionamento sobre temas e ideologia definindo o voto, e não o contrário. Por fim, tangencia a temática do retrocesso democrático ao realçar a influência de lideranças com agendas e opiniões autoritárias nas atitudes de parte do eleitorado (Enns; Jardina, 2021; Fossati; Muhtadi; Warburton, 2021).

Na próxima seção, revisamos a literatura que trata da associação entre ideologia e voto no Brasil, bem como explicitamos possíveis mecanismos psicológicos que podem reverter a direção de causalidade entre atitudes e comportamento. Na seção "Estratégia empírica", apresentamos o desenho de pesquisa e a técnica de *matching* praticada. Em "Resultados da abordagem", expomos os coeficientes estimados e alguns testes de robustez. Por fim, nas "Considerações finais", resumimos os argumentos e apontamos caminhos para exames futuros.

Ideologia, voto e a direção causal

A ideia de que as atitudes dos cidadãos são instáveis não é exatamente nova na ciência política. Converse (1964) popularizou a noção de que os eleitores estadunidenses exibem pouca consistência em suas preferências ao longo do tempo e rara constrição (constraint) ideológica de uma crença para outra. Desde então, a disciplina promoveu debates aprofundados sobre a suposta incoerência dos eleitores nos assuntos públicos, com base em aspectos metodológicos (Ansolabehere; Rodden; Snyder, 2008; Page; Shapiro, 2010), mudanças de contexto (Nie; Andersen, 1974; Fuks; Marques, 2020) ou inovações teóricas (Fiorina, 1978).

No cenário internacional, os diagnósticos acerca da incapacidade cognitiva dos eleitores têm se tornado cada vez menos pessimistas, *grosso modo*, pelo menos no que

compete à estruturação das crenças políticas. Os motivos para tal são o avanço de técnicas de pesquisa - notadamente as que trabalham com agregação de itens e, consequentemente, minimização de erros (Ansolabehere; Rodden; Snyder, 2008) - e a introdução de um novo aparato conceitual - como a noção de multidimensionalidade e a separação dos componentes ideológicos em aspectos simbólicos e operacionais (Treier; Hillygus, 2009; Feldman; Johnston, 2014). Em ambos, temos a consideração de que as conclusões sobre a desconexão entre atitudes e posicionamentos ideológicos são exageradas.

A virada em favor dos *issues* também teve como aliado um novo cenário político de maior polarização. Afinal, é preciso investigar se o eleitorado acompanha os antagonismos produzidos pelas elites políticas (Abramowitz; Saunders, 2008; Fiorina; Abrams; Pope, 2008) e, caso positivo, se essa polarização tem contornos programáticos ou meramente afetivos (Iyengar; Sood; Lelkes, 2012; Lelkes, 2016).

Se a agenda da ciência política olhava com certo ceticismo as preferências políticas manifestadas nos *surveys*, fato é que há um reaparecimento do assunto no século XXI, seja por conta de fatores metodológicos ou em virtude de temas do momento. No Brasil, investigações do tipo não tardaram a aparecer. Foram considerados o impacto do aborto nas eleições presidenciais de 2010 (Rennó; Ames, 2015), o entusiasmo com as reformas de mercado (Baker; Greene, 2011), o voto "correto" (Bello, 2016), o apoio à democracia (Fuks et al., 2016), o conservadorismo dos brasileiros (Silva, 2017), a polarização no eleitorado (Fuks; Marques, 2021; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022), entre outros. Desses, os que ganharam maior atenção foram os trabalhos que procuraram associações entre o voto e as dimensões ideológicas (Silva, 2019; Rennó, 2020).

Nessas leituras, estão localizados especialmente aqueles que reforçam o vínculo de segmentos conservadores da população com o bolsonarismo. Bolsonaro teria atraído setores de direita que viam na liderança do PSL um representante de anseios tradicionalistas nos costumes e na segurança social (Rennó, 2020; Fuks; Marques, 2022). Singer (2021) argumenta ainda que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) despolarizaram a disputa política ao longo das primeiras décadas do século e que Bolsonaro, com seu radicalismo discursivo, contribuiu para a reativação do conservadorismo no pleito de 2018. Aqui, vale notar, Singer (2021) não entende o termo "reativar" como conversão de posicionamentos, mas a transformação de "tendências latentes em conteúdos manifestos" (p.710). Por fim, Setzler (2021) matiza um pouco a questão: a ideologia seria um dos principais preditores do voto em Bolsonaro, mas haveria um baixo grau de congruência entre as opiniões do candidato e as atitudes da população em temas como o papel das mulheres e de minorias sexuais.

Na maioria dos trabalhos elencados, temos uma dinâmica mais ou menos explícita: preferências intrínsecas ao eleitorado fundamentam seus comportamentos políticos. Neste artigo, não contestamos essa assertiva, mas indicamos que o voto do eleitorado brasileiro não se resume a ela. Para uma parcela – possivelmente menor -, o caminho pode ser o

oposto, ou seja, que os eleitores seguem as crenças dos representantes e, em alguns casos, mudam suas orientações para alinhá-las com seus votos. Argumentamos aqui que as duas dinâmicas estão em atuação.

O processo de causalidade reversa entre inclinações políticas e comportamento eleitoral no Brasil tem sido trabalhado de diversos ângulos. Pereira (2014) mostra que a atitude partidária é uma preferência instável que tende a desaparecer após o pleito, sendo balizada, portanto, pela saliência das eleições presidenciais e pela identificação com os candidatos. Já Visconti (2019) sugere um reordenamento na tradicional organização do voto retrospectivo, enfatizando o peso da mudança da direção do voto nas percepções sobre o estado da economia. Mais recentemente, Pereira e Nunes (2022) atentaram para a importância do discurso bolsonarista na polarização das opiniões acerca da Covid-19. Segundo os autores, a retórica do então presidente foi a força motriz dos câmbios nas percepções públicas durante os estágios iniciais da pandemia.

Há, contudo, somente um trabalho que testa o impacto do voto nas eleições sobre a ideologia dos respondentes, o artigo de Russo, Pimentel Júnior e Avelino (2022). O primeiro aspecto que nos chama a atenção no texto dos autores é a ausência do crescimento do autoposicionamento à direita e de uma virada conservadora na população em temas como casamento entre pessoas do mesmo sexo e em políticas de assistência social, apesar da eleição de Bolsonaro. Na sequência, cabe destacar o desenho de pesquisa experimental: os respondentes tendem a se reposicionar, conforme posturas mais conservadoras, quando informados que o ex-capitão se localiza à direita do espectro político. Esse reposicionamento seria, portanto, um indicativo de que a escolha do candidato pode afetar as atitudes dos eleitores.

Se a escolha eleitoral pode impactar as atitudes dos cidadãos, na seção abaixo, revelamos os mecanismos por trás dessa relação.

Mudança de atitudes, heurísticas, racionalização e dissonância cognitiva

A literatura que se seguiu a Converse (1964) mostrou a inconsistência das opções políticas ao longo do tempo, isto é, que a alteração das preferências não está ligada somente a aspectos aleatórios ou à falta de interesse por política, mas possui vinculação com as heurísticas fornecidas por partidos e elites partidárias. Esses trabalhos, influenciados pela psicologia social, expõem a natureza da formação de atitudes como algo relacionado às "colas" fornecidas por amizades mais informadas, vizinhos, colegas de trabalho e, sobretudo, a classe política (Huckfeldt; Sprague, 1995; Mutz, 2006). Nesse ínterim, as elites seriam capazes da conversão dos posicionamentos dos cidadãos em torno de políticas públicas (Lupia, 1994; Boudreau; MacKenzie, 2014), valores (Slothuus; Bisgaard, 2021) e até mesmo de componentes demográficos, como a identificação racial (Egan, 2020).

As teorias associadas às mudanças de opinião proporcionadas por "colas" das elites sustentam um processamento de informações sistemático ou heurístico (Bullock, 2019). De um lado, o sistemático, no qual o processamento é mais custoso, com verificações quanto à consistência interna e em relação ao estoque de conhecimento previamente estabelecido. Do outro, o heurístico, em que há um processamento passivo, por meio de decisões simples e sem avaliação de conteúdo (Zaller, 1992).

As preferências do eleitorado podem ser moldadas pelas posições das elites em virtude de dois mecanismos principais. O primeiro é o aspecto identitário, já que a identificação partidária costuma ser um elemento central da identidade das pessoas. Assim, os cidadãos tendem a seguir as posições tomadas pelos partidos políticos para se manterem leais ao grupo partidário (Green; Palmquist, 1994). Essa chave explicativa, no entanto, não se aplica bem ao caso nacional. O candidato Bolsonaro era filiado ao PSL, partido com pouca história no cenário político e que contava com apenas um deputado na Câmara Federal à época da eleição presidencial de 2018. Fora isso, o ex-capitão se apresentava como um *outsider* no embate eleitoral, apesar de ocupar postos no Legislativo desde a década de 1990 e de, nesse período, ter passado por oito legendas partidárias.

O segundo mecanismo, como já dito, são as pistas oferecidas por legendas e candidatos, como atalhos cognitivos, para se chegar a uma opinião informada. Sabemos que os cidadãos recorrem às lideranças políticas para uma orientação acerca de interesses e valores, especialmente aqueles com pouca motivação ou capacidade para aprender temas do jogo político (Lupia, 1994).

Estudos mais recentes dão maior força a esse raciocínio ao elencar explicações psicológicas para dar conta desse alinhamento, principalmente com a ideia de dissonância cognitiva (Festinger, 1957; Acharya; Blackwell; Sen, 2018). As preferências dos eleitores são, portanto, fruto de uma série de razões, incluindo imitação, experimentação e hábito. Muitas vezes as opiniões se ajustam às ações, a fim de produzir justificativas para os comportamentos adotados. Isso porque as pessoas experimentam um desconforto mental quando agem de maneira contrária a suas predileções iniciais, e, para minimizar esse sentimento, mudam suas inclinações a fim de agir em consonância com os atos praticados. Essas situações vão ao encontro de trabalhos que realçam a primazia da escolha de candidatos na construção de posicionamentos políticos (Lenz, 2012), de mimese da polarização programática dos partidos no Legislativo por parte dos eleitores (Levendusky, 2009) ou de reversão de posicionamentos de longo prazo para acompanhar mudanças súbitas de discurso de legendas partidárias (Slothuus; Bisgard, 2021). Seria, dessa forma, uma maneira de racionalização do comportamento, remetendo a posições ideológicas declaradas que não necessariamente são reais. Assim, parte do voto declaradamente conservador em Bolsonaro não o seria e haveria uma superestimação deste na população.

É importante destacar aqui: dados observacionais, como os nossos, não permitem dizer se o processo de mudança nas posições ideológicas e sobre temas políticos é sofisticado, racionalizando a escolha eleitoral entre os indivíduos mais atentos; ou uma

verdadeira e sincera conversão ao conservadorismo, dadas as estratégias de persuasão empregadas pelo candidato. Nem mesmo os dados experimentais disponíveis permitem fazer essa diferenciação. Portanto, mesmo que a mudança nas preferências sobre temas políticos e ideológicos suceda a escolha pelo candidato, isso não indica maior ou menor fragilidade da conversão de eleitores para posições mais conservadoras. Diante disso, nossa primeira hipótese é:

H1: A mudança de voto pró-Bolsonaro tende a aumentar o nível de conservadorismo dos eleitores em relação às atitudes políticas, dado que eles costumam alinhar suas preferências com as ideias defendidas pelos candidatos.

No pleito de 2018, Bolsonaro (então PSL) se notabilizou por posições no mínimo ambíguas em relação à democracia, com elogios constantes à ditadura civil-militar implantada no país (1964-1985) e colocando em suspeição os resultados das urnas eletrônicas (Quadros; Madeira, 2018; Fuks; Marques, 2020; Cohen et al., 2022). Em outro momento, o ex-presidente, no PL em 2022, incentivou a violência política, difamou os principais meios de comunicação, posicionou-se como um homem forte da lei e da ordem e recusou-se a denunciar o apoio de grupos antidemocráticos ao longo de sua campanha. Diante disso, nossa segunda hipótese é:

H2: A mudança de voto pró-Bolsonaro tende a aumentar o nível de autoritarismo dos eleitores.

Estratégia empírica

A estratégia empírica é baseada em métodos inferenciais com dados observacionais. Privilegiamos, portanto, o desenho de pesquisa para não dependermos exclusivamente de modelos estatísticos paramétricos e, consequentemente, de seus fortes pressupostos (Freedman, 2006; Keele, 2015). Prestamos atenção sobretudo aos problemas de simultaneidade e de endogeneidade na relação entre nossa variável tratamento e nossas variáveis dependentes. Para dar conta da primeira questão, analisamos um *survey* em painel de cinco ondas conduzido por Cohen et al. (2023), empregado de julho de 2018 a janeiro de 2019. O questionário possui um sistema de coleta face a face, é representativo no âmbito nacional em termos de sexo e região, e autoriza o exame de mudanças do voto e das preferências ao longo do pleito presidencial.

Com dados em painel, superamos insuficiências de trabalhos baseados em informações contidas em um único ponto no tempo. Afinal, dados transversais podem confundir a relação entre a escolha do candidato e as preferências dos eleitores, já que não sabemos se Bolsonaro simplesmente atraiu setores conservadores da população ou se

os seus apoiadores mudaram suas atitudes para se alinhar com o futuro presidente. Em ambos os casos, observamos uma forte correlação entre atitudes e comportamento, mas seríamos incapazes de determinar a relação de causa e efeito. Cabe lembrar que Rennó (2020) utiliza dados de painel, indicando uma grande consistência temporal dos eleitores em sua adesão a temas políticos específicos.

Com a base de dados de Cohen et al. (2023), podemos verificar as preferências de eleitores antes e depois de votar em Bolsonaro e, consequentemente, saber se suas inclinações ficaram mais ou menos conservadoras - aspecto não trabalhado por Rennó (2020). Como o objetivo é considerar o impacto da mudança de voto nas atitudes, exploramos as respostas dos entrevistados que reportaram seus votos nas ondas 3 (1.224 observações) e 4 (957 observações) como variável de tratamento.

A escolha por esse período se justifica em função da temporalidade do voto no primeiro turno: na onda 3, os entrevistados foram arguidos em quem *votariam*; e, na onda 4, em que *votaram* no primeiro turno. A diferença de tempo entre as entrevistas é de menos de um mês³. O intervalo exíguo transforma possíveis alterações de preferências em eventos menos prováveis, indo na direção contrária à hipótese levantada.

Seguindo recomendação de Rosenbaum (2010), exploramos a estrutura dos dados para reduzir a heterogeneidade das observações. Nesse sentido, trabalhamos somente com aqueles que não votaram em Bolsonaro na onda 3 para garantir a comparabilidade dos casos. Entendemos que respondentes que manifestaram seus votos de início podem ter características sociais e atitudinais muito diferentes do restante da amostra, embutindo vieses não observáveis nas nossas análises. Assim, no grupo Tratamento, temos os indivíduos que passaram a votar em Bolsonaro na onda 4, e, no grupo Controle, todos os que seguiram sem votar no ex-capitão. Entre os que mudaram seus votos, consideramos: i) todos os que apoiaram outros candidatos; ii) os que não declararam suas predileções; e iii) os que votariam em branco ou nulo na onda t e passaram a sufragar Bolsonaro na onda t+1. A Figura 1 resume o recorte praticado:

³ As datas de todas as ondas aparecem na Tabela A1, disposta no Apêndice 1.

Onda 3

Não votou em Bolsonaro

Votou em Bolsonaro

Votou em Bolsonaro

(Grupo Tratamento)

Figura 1 - Desenho de pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 1, vemos que 11% da amostra mudou seu voto para Bolsonaro entre as ondas 3 e 4. Isso quer dizer que, do total de seus eleitores, quase um terço (107/396 = 27%) alterou o sufrágio ainda no primeiro turno. Os grupos Tratamento e Controle, no entanto, podem contar com vieses de fontes observáveis mesmo com a seleção planejada, dada a ausência de randomização das atribuições. Minimizamos esse problema com uma técnica de *matching*, usada para produzir grupos comparáveis em termos das variáveis contidas no nosso banco de dados, embora não possamos garantir que eles estejam equilibrados em relação a covariáveis não mensuradas. Por fim, utilizamos uma análise de sensibilidade na seção "Testes de robustez". Esse tipo de diagnóstico nos ajuda a entender a magnitude de associação de uma covariável não mensurada para modificar as conclusões do estudo (Vanderweele; Ding, 2017).

Tabela 1 – Votos nas ondas 3 e 4 (%)

	Voto na onda 4		
Voto na onda 3	Outros	Bolsonaro	
Outros (n = 1589)	55 (n = 529)	11 (n = 107)	
Bolsonaro (n = 429)	3 (n = 32)	30 (n = 289)	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Matching dos grupos Tratamento e Controle

Como foi dito, a função do *matching* é produzir grupos Controle e Tratamento que, no agregado, têm distribuições similares das covariáveis observadas. Nessa etapa, utilizamos o *cardinality matching*, desenvolvido por Zubizarreta e Kilcioglu (2016). A escolha por esse algoritmo se justifica pelo fato de que as principais técnicas de pareamento, como o escore de propensão (*propensity score*) ou a distância de Mahalanobis, tendem a eliminar um número considerável de casos para obter o equilíbrio entre os dois grupos. A vantagem do algoritmo empregado é que ele descarta a menor quantidade de casos e maximiza a comparação balanceada das observações (Visconti; Zubizarreta, 2018). A poda excessiva da base levaria a uma perda de força estatística, já

que os dados foram recortados em uma subcategoria e contam com o atrito decorrente da desistência de entrevistados ao longo das ondas⁴.

O cardinality matching torna possível a mínima supressão das unidades por flexibilizar os diferentes tipos de ponderação⁵. Acompanhamos as recomendações dos autores e adotamos o mean balance para variáveis binárias e ordinais, e o near-fine balance em configurações nominais. O algoritmo pareia indivíduos de modo que a diferença entre o grupo Tratamento não exceda 0,1 desvio-padrão do grupo Controle em nenhuma das covariáveis investigadas. A Tabela A2, no Apêndice 1, especifica as covariáveis e o tipo de balanceamento atribuído.

No matching, incluímos variáveis pré-tratamento confundidoras, isto é, com possível influência na associação do tratamento com as atitudes preditas (Hernán; Robins, 2020). Ajustamos o pareamento com um total de 19 covariáveis - como informações sociodemográficas (sexo, idade, raça, religião etc.), frequência de consumo de notícias e confiança nas redes sociais, predisposições autoritárias⁶, identificação partidária e voto nas eleicões de 2014⁷.

As variáveis dependentes são atitudes conservadoras e autoritárias. Quantos às primeiras, temos as preferências sobre a participação de homossexuais em cargos públicos, a intervenção do Estado na economia, a execução sumária e a liberação do porte de armas. A rejeição em relação à democracia e a predileção a golpes militares⁸ representam as inclinações autoritárias⁹.

Depois do pareamento da amostra, testamos o efeito do Tratamento (a alteração de voto pró-Bolsonaro) na mudança das atitudes, usando a seguinte fórmula:

$$y_{it+1} = \alpha + \beta_1 T_{it+1} + \beta_2 y_{it} + \sigma_r + \epsilon_i,$$

Em que y_{it+1} são as variáveis dependentes acima descritas na onda 5; T descreve o tratamento; y_t as atitudes preditas em lag; e σ_r os efeitos fixos por região. No caso das inclinações autoritárias, incluímos a confiança nas Forças Armadas como especificação alternativa.

⁴ Tratamos da questão do atrito na seção "Testes de robustez".

⁵ A principal diferença ocorre entre as variáveis nominais. Os *exact matching*, *fine balance*, *near-exact* e *near-fine balance*, por exemplo, variam entre lógicas mais ou menos restritivas de pareamento (Zubizarreta; Kilcioglu, 2016).

⁶ Aqui, seguimos a medida criada por Engelhardt, Feldman e Hetherington (2023). Os autores mostram que a forma de criação e as características desejáveis atribuídas funcionam como boa *proxy* de autoritarismo, posto que são exógenas aos principais fenômenos políticos e costumam manter estabilidade no tempo.

⁷ Colocamos o enunciado de todas as questões utilizadas no Apêndice 2.

⁸ No caso, somamos itens que tocam em possibilidades de golpes em circunstâncias específicas, como corrupção e aumento dos casos de criminalidade.

⁹ As variáveis foram codificadas para terem os valores mais altos representando o conservadorismo e o autoritarismo.

Resultados da abordagem

A amostra não pareada contém 529 casos no grupo Tratamento e 107 no grupo Controle. Após o *matching*, foram mantidas 214 observações – 107 como Controle e 107 como Tratamento¹⁰. A Figura 2 mostra as diferenças absolutas padronizadas entre os dois grupamentos antes e depois da técnica de pareamento. A linha pontilhada indica a tolerância do algoritmo a 0,1 desvio-padrão. Logo, os pontos pretos, representativos das diferenças das covariáveis depois do *matching* não podem ultrapassar o limite tracejado¹¹. Notamos que o pareamento corrigiu sobretudo diferenças significativas de idade, voto, identificação partidária e de predisposições autoritárias.

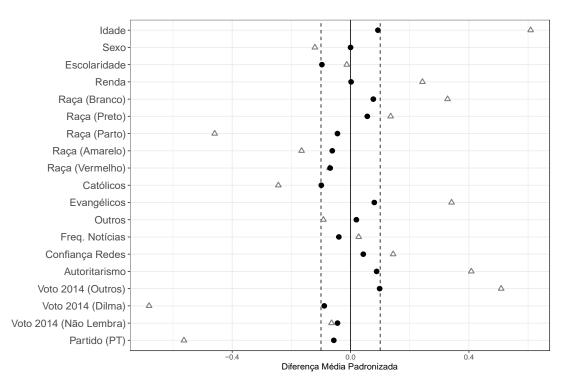


Figura 2 - Gráfico de pareamento dos dados de painel

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023). Os triângulos cinzas representam as diferenças das covariáveis antes do *matching* e os pontos pretos indicam as diferenças entre as covariáveis depois do *matching*.

¹⁰ O matching foi estimado com o pacote MatchIt, disponível para o software R.

¹¹ Os valores da diferença média padronizada também estão dispostos nas Tabelas A6 e A7 contidas no Apêndice.

Depois do pareamento, implementamos a especificação previamente descrita para estimar os efeitos da mudança de voto pró-Bolsonaro em atitudes conservadoras e autoritárias. Começando pelas primeiras, a Figura 3 expõe os coeficientes da comparação entre os grupos Tratamento e Controle. Eleitores que mudaram o sufrágio mostraram-se mais conservadores em todos os temas ligados à dimensão dos costumes: homossexualidade, execução sumária e liberação das armas, mesmo quando controlamos por todas as covariáveis expressas na formalização matemática. A hipótese 1 só não foi confirmada na dimensão econômica, no caso da intervenção do Estado na economia. A troca de voto levou ao aumento de inclinações autoritárias em 20% acima da média de posições a respeito da homossexualidade (μ = 2.55), 18% em relação à execução sumária (μ = 1.83), e 23% em favor da liberação do porte de armas (μ = 2.90).

Tratamento - -0.5 0.0 0.5 1.0 1.5

Figura 3 – Efeito estimado da variável tratamento em atitudes conservadoras

→ Homossexualidade → Livre Mercado → Execução Sumária → Liberação Armas

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Na Figura 4, temos os resultados atinentes às atitudes autoritárias. O efeito estimado da rejeição à democracia contraria nossa hipótese 2. Os eleitores do grupo Tratamento passaram a dar um apoio 24% superior à média de aceitação da democracia ($\mu = 2.32$), se cotejados aos eleitores do grupo Controle, apesar da postura dúbia de Bolsonaro. De forma paradoxal, vemos também que os casos tratados se alinharam em prol do golpe militar 12% acima da média ($\mu = 2.26$).

Explicações para a aparente contradição são bem justificadas pela literatura especializada em pelo menos dois pontos. De início, é bem conhecida a discussão sobre os limites da medida direta de apoio à democracia (Norris, 1999; Inglehart, 2003; Magalhães, 2018). Isso porque as pessoas podem ter atitudes contraditórias: manifestar aprovação com o sistema democrático em abstrato e autorizar ações autoritárias na prática. Schedler e Sarsfield (2007) argumentam que setores da sociedade rejeitam princípios centrais da democracia liberal ao passo que professam suas crenças em sistemas políticos abertos. A eles, os autores dão o nome de "democratas com adjetivos". Ainda, Bryan (2023) reitera o caráter vago do termo e enfatiza a adoção de uma abordagem "à la carte", segundo a qual os cidadãos constroem uma compreensão da democracia adaptada a seus interesses partidários e/ou a suas lideranças políticas prediletas.

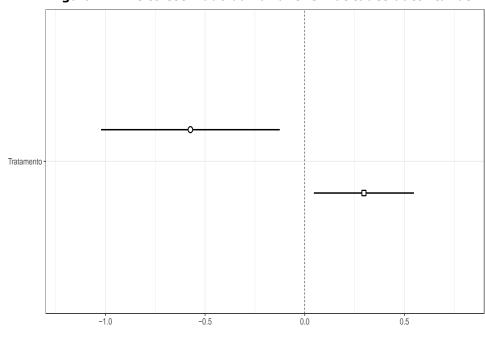


Figura 4 - Efeito estimado da variável em atitudes autoritárias

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

-O- Rejeição à Democracia -□- Apoio ao Golpe

Cohen et al. (2023), por outro lado, teorizam em favor do fato de que os resultados eleitorais impactam de maneira diferenciada os vencedores e os perdedores de determinado pleito. Se as vitórias são "doces" e as derrotas "amargas", como argumentam,

as possibilidades de êxito tendem a aumentar o entusiasmo com a democracia entre os vencedores e causar uma queda no contentamento entre os derrotados.

De uma forma ou de outra, no entanto, Bolsonaro mostra que foi capaz de produzir mudanças significativas nas atitudes dos eleitores, conforme os resultados examinados. A simples troca de voto parece ter sido capaz de deixar os cidadãos mais afinados com suas proposições em quase todos os itens testados, o que referenda a ideia central do artigo: a perspectiva de um caminho reverso entre as preferências políticas e o voto entre um segmento do eleitorado.

Testes de Robustez

Nesta seção, trabalharemos com especificações alternativas aos modelos expostos ao longo do artigo, com o objetivo de reivindicar a robustez dos nossos achados. A primeira ameaça à inferência causal que trataremos é a de um possível viés introduzido pela taxa de mortalidade – ou seja, o caso em que boa parte dos respondentes tenha desistido da pesquisa entre uma onda e outra. Se o atrito for maior entre pessoas do grupo Controle ou Tratamento, isso pode acarretar em um viés conhecido como atrito diferencial de painel (differential panel attrition), o que comprometeria a solidez dos coeficientes reportados. Conforme Cavari e Freedman (2023), são os eleitores com atitudes mais fracas ou voláteis os principais candidatos a abandonar as pesquisas em painel durante as investigações. Esse raciocínio, no entanto, favorece os nossos resultados, nos colocando em um cenário menos favorável, já que esperamos justamente dos indivíduos menos polarizados uma mudança de inclinações pró-Bolsonaro. Não obstante, elaboramos mais dois testes.

No primeiro, na Tabela A3 do Apêndice 1, apresentamos os resultados de uma regressão logística em que nossa variável dependente é um indicador da presença/ausência (mortalidade = 11% ou 185 obs.) de entrevistados das ondas 1 para a onda 5. As variáveis independentes são os vetores de atitudes e as características sociodemográficas na onda 1. Os coeficientes mais importantes, das variáveis atitudinais, não exibem significância estatística. Não podemos afirmar, portanto, que os respondentes ausentes são mais ou menos conservadores se comparados aos presentes. A tabela exibe outra sorte de preocupação, indicando vieses demográficos no atrito, algo comum em *surveys* no Brasil. Para saber se o atrito afeta nossos resultados, reestimamos os modelos de análise das Figuras 3 e 4, imputando uma estabilidade atitudinal para todos os ausentes na onda 5. A Tabela 2 reforça a estabilidade dos coeficientes da variável tratamento:

Tabela 2 - Efeito da variável tratamento assumindo estabilidade temporal

	Homossexualidade	Livre Mercado	Ex. Sumária	Armas	Democracia	Golpe
Tratamento	0.483*	0.160	0.341*	0.691*	-0.597*	0.258*
	(0.202)	(0.264)	(0.108)	(0.308)	(0.204)	(0.113)
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	187	196	179	165	196	155
R ² Ajustado	0.504	0.253	0.335	0.411	0.396	0.399

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023). Significância estatística a p < 0.05.

Nos modelos atinentes às atitudes democráticas, incluímos mais uma variável controle que pode confundir a associação entre o tratamento e as predileções autoritárias: a confiança nas Forças Armadas (Tabela A4 no Apêndice). Não verificamos grande modificação na magnitude do coeficiente estimado para golpes militares, mas o tratamento perde a significância estatística no modelo acerca da rejeição democrática. Não há, no entanto, modificações teóricas substantivas com o novo diagnóstico devido às reservas já enunciadas da literatura com a medida abstrata de apoio à democracia.

Por fim, nossos achados podem ser afetados por vieses derivados de variáveis não observadas. O caráter observacional do desenho da nossa pesquisa não pode eliminar esse cenário nem mesmo com a técnica de *matching*. Podemos, entretanto, estimar o quão forte precisa ser a associação entre variáveis confundidoras não observadas com nossa variável tratamento e nossas variáveis dependentes para tornar nossos resultados nulos (Vanderweele; Ding, 2017). Os resultados dispostos na Tabela A5 (Apêndice) mostram estimadores moderadamente robustos. Os *E-values*¹² calculados indicam a força mínima dessa associação mensurada em uma escala de razão de risco, com magnitudes que variam de 2,25 a 6,35 vezes. Como exemplo, vemos no caso da homossexualidade que os resultados se tornariam nulos caso uma covariável estivesse associada a um aumento de ~3 vezes no risco de ter mudado de voto pró-Bolsonaro (tratamento) e fosse ~3 vezes mais prevalente entre os contrários à participação de homossexuais em cargos públicos.

Considerações finais

O impacto das crenças políticas, e da ideologia de maneira geral, ocupa lugar central nos estudos eleitorais no Brasil. Este artigo contribui com a literatura nacional ao

 $^{^{12}}$ Os *E-values* variam entre 1 e infinito, sendo que 1 indica que não é necessária uma variável confundidora não observada para tornar os resultados nulos.

argumentar que há uma complementaridade entre distintas interpretações sobre a direção da relação causal entre preferências temáticas e ideológicas e a escolha de candidatos(as). Há a tradicional e esperada relação na qual posições sobre temas políticos antecedem escolhas eleitorais. Mas nem sempre a associação entre atitudes e comportamento decorre de posicionamentos políticos pré-fixados dos eleitores, podendo seguir o caminho inverso, em que os cidadãos modificam suas crenças para ficarem alinhados aos candidatos que apoiam.

Encontramos neste trabalho que a literatura anterior sobre as eleições de 2018 apresenta perspectivas complementares sobre a escolha eleitoral por Bolsonaro. Estudos anteriores enfatizam a estabilidade significativa das preferências ideológicas e temáticas (Rennó, 2022). A grande maioria dos eleitores, convertida a apoiadores de Bolsonaro, já era ideologicamente alinhada ao Capitão. Nesse sentido, o bolsonarismo representa um novo alinhamento político de extrema direita no Brasil, estável no tempo durante seu primeiro mandato (Rennó, 2022). Não obstante, apontamos também que parte menor, mas relevante do eleitorado, mudou suas preferências ideológicas para se ajustar ao voto, ou seja, a mudança na escolha eleitoral antecedeu o posicionamento ideológico.

Ambas as situações têm implicações relevantes para a política brasileira. Primeiro, a consistência e estabilidade do conservadorismo indica que esse movimento tem grande potencial de continuidade no futuro. O alinhamento gerado pelo bolsonarismo, que trouxe para um mesmo campo político-eleitoral aqueles com posturas sociais conservadoras, liberais economicamente e de mão-dura no combate ao crime, tem demonstrado capacidade de superação de crises, sobrevivendo, inclusive, ao desgaste gerado pelo desempenho ruim do governo no enfrentamento da pandemia de Covid-19 (Rennó, 2022). Bolsonaro quase venceu o pleito de 2022, cabe lembrar.

Ao mesmo tempo, existe a conversão de posições rumo ao conservadorismo em virtude da afeição a Bolsonaro. Há que se considerar a possibilidade, nesse caso, de erosão de seu apoio e a consequente mudança de preferências ideológicas dos eleitores convertidos ao conservadorismo em função do envolvimento do ex-capitão em escândalos políticos, que passaram a ser recorrentes no início de 2023.

Portanto, estudos futuros precisam seguir explorando a consistência das preferências atitudinais do eleitorado, investigando suas nuances e seu impacto em outras variáveis, como avaliação de governo, por exemplo. Afinal de contas, "o efeito Bolsonaro", aqui diagnosticado, terá influência duradoura ou será meramente uma modificação das preferências de curto prazo? A correta identificação do tamanho do bolsonarismo, entendido como o alinhamento ideológico de extrema direita no Brasil, é fundamental para o entendimento do próximo ciclo eleitoral brasileiro e tem implicações para o próprio funcionamento do atual governo petista. Quando pensamos que parte desse eleitorado adere a soluções antidemocráticas e autoritárias, é importante também atentar para os possíveis riscos à estabilidade do regime democrático no Brasil.

Referências bibliográficas

ABRAMOWITZ, A; SAUNDERS, K. "Is polarization a myth?". The Journal of Politics, California, vol. 70, n° 2, p. 542-555, 2008.

ACHARYA, A.; BLACKWELL, M.; SEN, M. "Explaining Preferences from Behavior: A Cognitive Dissonance Approach". *The Journal of Politics*, California, vol. 80, no 2, p. 400–411, 2018.

AMARAL, O. "The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018". Brazilian Political Science Review, São Paulo, vol. 14, nº 1, 2020.

Ansolabehere, S.; Rodden, J.; Snyder, J. M. "The Strength of Issues: Using Multiple Measures to Gauge Preference Stability, Ideological Constraint, and Issue Voting". *American Political Science Review*, Washington, vol. 102, p. 215–232, 2008.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. Populism, The Pandemic, and The Crisis of Bolsonaro. In: Pereira, A. W. (Ed.). *Right-Wing Populism in Latin America and Beyond*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2023.

BAKER, A.; GREENE, K. "The Latin American left's mandate: free-market policies and issue voting in new democracies". *World Politics*, Cambridge, vol. 63, no 1, p. 43-77, 2011.

BAKER, A.; AMES, B.; RENNÓ, L. *Persuasive peers:* social communication and voting in Latin America. Nova Jersey: Princeton University Press, 2020.

BARABAS, J.; JERIT, J. "Are survey experiments externally valid?". American Political Science Review, Washington, vol. 104, n^0 2, p. 226-242, 2010.

Bello, A. "A lógica social do voto correto no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 2, p. 466-491, 2016.

BOUDREAU, C.; MACKENZIE, S. "Informing the electorate? How party cues and policy information affect public opinion about initiatives". *American Journal of Political Science*, Bloomington, vol. 58, no 1, p. 48-62, 2014.

BRYAN, J. "What Kind of Democracy Do We All Support? How Partisan Interest Impacts a Citizen's Conceptualization of Democracy". *Comparative Political Studies*, vol. 56, no 10, 2023.

BULLOCK, J. Party Cues. In: SUHAY, E.; GROFMAN, B.; TRECHSEL, A. (Eds.). *The Oxford Handbook of Electoral Persuasion*. New York: Oxford University Press, 2019.

CAVARI, A.; FREEDMAN, G. "Survey nonresponse and mass polarization: The consequences of declining contact and cooperation rates". *American Political Science Review*, vol. 117, no 1, p. 332-339, 2023.

COHEN, M., et al. "Winners' Consent? Citizen Commitment to Democracy When Illiberal Candidates Win Elections". *American Journal of Political Science*, vol. 67, no 2, 2023.

CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, D. (Ed.). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.

EGAN, P. "Identity as dependent variable: How Americans shift their identities to align with their politics". *American Journal of Political Science*, vol. 64, no 3, p. 699-716, 2020.

ENGELHARDT, A.; FELDMAN, S.; HETHERINGTON, M. J. "Advancing the Measurement of Authoritarianism". *Political Behavior*, vol. 45, no 2, p. 537–560, 2023.

ENNS, P.; JARDINA, A. "Complicating the Role of White Racial Attitudes and Anti-Immigrant Sentiment in the 2016 US Presidential Election". *Public Opinion Quarterly*, Oxford, vol. 85, no 2, p. 539–570, 2021.

FELDMAN, S.; JOHSTON, C. "Understanding the determinants of political ideology: Implication of structural complexity". *Political Psychology*, vol. 35, no 3, p. 337-358, 2014.

FESTINGER, L. A Theory of Cognitive Dissonance. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.

FIORINA, M. "Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis". *American Journal of Political Science*, vol. 22, nº 2, p. 426-443, 1978.

FIORINA, M.; ABRAMS, S.; POPE, J. "Polarization in the American Public: Misconceptions and misreadings". *The Journal of Politics*, vol. 70, no 2, p. 556-560, 2008.

FOSSATI, D.; MUHTADI, B.; WARBURTON, E. "Why Democrats Abandon Democracy: evidence from four survey experiments". Sage Journals - *Party Politics*, vol. 28, no 3, 2021.

FREEDMAN, D. A. "Statistical models for causation: what inferential leverage do they provide?". *Evaluation review*, vol.30, nº6, p. 691-713, 2006.

FUKS, M., et al. "Qualificando a adesão à democracia: quão democratas são os democratas brasileiros?". Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, p. 199–219, 2016.

FUKS, M.; MARQUES, P. "Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018". *Opinião Pública*, vol. 26, nº 3, p. 401–430, 2020.

FUKS, M.; MARQUES, P. "Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 28, nº 3, p. 560-593, 2022.

GRAHAM, M.; SVOLIK, M. "Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States". *American Political Science Review*, vol. 114, no 2, p. 392–409, 2020.

GREEN, D.; PALMQUIST, B. "How stable is party identification?". *Political Behavior*, vol. 16, p. 437-466, 1994.

GROSSMAN, G., et al. "The Majoritarian Threat to Liberal Democracy". *Journal of Experimental Political Science*, Cambridge, vol. 9, no 1, p. 36–45, 2020.

HERNÁN, M.; ROBINS, J. Causal Inference: What If. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC, 2020.

HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. Citizens, politics and social communication: Information and influence in an election campaign. Cambridge University Press, 1995.

IMAI, K.; KIM, S.; WANG, H. "Matching Methods for Causal Inference with Time-Series Cross-Sectional Data". *American Journal of Political Science*, Harvard, vol. 67, no 3, 2021.

INGLEHART, R. "How solid is mass support for democracy: And how can we measure it?". *Political Science and Politics*, vol. 36, no 1, p. 51–57, 2003.

IYENGAR, S.; SOOD, G.; LELKES, Y. "Affect, not ideology social identity perspective on polarization". *Public Opinion Quarterly*, Oxford, vol. 76, no 3, p. 405-431, 2012.

KEELE, L. "The Statistics of Causal Inference: a view from political methodology". *Political Analysis*, vol. 23, no3, 313–335, 2015.

THIAGO MOREIRA, LUCIO RENNÓ

LAYMAN, G.; CARSEY, T.; HOROWITZ, J. "Party polarization in American politics: Characteristics, causes, and consequences". *Annual Review of Political Science*, vol. 9, no 83-110, 2006.

LELKES, Y. "Mass polarization: Manifestations and measurements". *Public Opinion Quarterly*, vol. 80, no 1, p. 392-410, 2016.

LENZ, G. Follow the Leader?. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

LEVENDUSKY, M. *The partisan sort*: How liberals became Democrats and conservatives became Republicans. University of Chicago Press, 2009.

LUPIA, A. "Shortcuts versus encyclopedias: Information and voting behavior in California insurance reform elections". *American Political Science Review*, vol. 88, no 1, p. 63-76, 1994.

MAGALHÃES, P. "Regime support". In: FISHER, J., et al. *The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*. London, New York: Routledge, p. 416-428, 2018.

Mutz, D. *Hearing the other side:* Deliberative versus participatory democracy. Cambridge University Press, 2006.

NICOLAU, J. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2020.

NIE, N.; ANDERSEN, K. "Mass belief systems revisited: Political change and attitude structure". *The Journal of Politics*, vol. 36, no 3, p. 540-591, 1974.

Norris, P. *Critical citizens:* Global support for democratic government. Oxford University Press, 1999.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, vol. 21, nº 3, p. 574–600, 2015.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M.; ZEINE, L. "Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião". *Opinião Pública*, vol. 28, nº 1, p. 62–91, 2022.

PAGE, B.; SHAPIRO, R. *The Rational Public:* fifty years of trends in Americans' policy preferences. University of Chicago Press, 2010.

PEREIRA, F. "A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil". Revista Brasileira de Ciência Política, vol. 13, p. 213-244, 2014.

PEREIRA, F. "Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 26, nº 2, p. 154-179, 2020.

PEREIRA, F.; NUNES, F. "Presidential Influence and Public Opinion During Crises: The Case of COVID-19 in Brazil". *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 34, n ° 2, 2022.

ROSENBAUM, P. R. Design of observational studies, Springer Series in Statistics. New York: Springer, 2010.

QUADROS, M.; MADEIRA, R. "Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil". *Opinião Pública,* vol. 24, nº 3, p. 486-522, 2018.

REDLAWSK, D. "Hot cognition or cool consideration? Testing the effects of motivated reasoning on political decision making". *Journal of Politics*, vol. 64, nº 4, p. 1021-1044, 2002.

RENNÓ, L. "The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, nº 4, p. 1–23, 2020.

RENNÓ, L. "Bolsonarismo e as eleições de 2022". *Estudos Avançados*, vol. 36, nº 106, p. 147-163, 2022.

RENNÓ, L.; AMES, B. "PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010". *Opinião Pública*, vol. 20, nº 1, 2015.

RUSSO, G.; PIMENTEL JUNIOR, J.; AVELINO, G. "O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa?". *Opinião Pública*, vol. 28, nº 3, p. 594-614, 2022.

SCHEDLER, A.; SARSFIELD, R. "Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support". *European Journal of Political Research*, vol. 46, no 5, p. 637–659, 2007.

SETZLER, M. "Did Brazilians vote for Jair Bolsonaro because they share his most controversial views?". *Brazilian Political Science Review*, vol. 15, no 1, 2021.

SILVA, B.; FUKS, M.; TAMAKI, E. "So thin it's almost invisible: Populist attitudes and voting behavior in Brazil". *Electoral Studies*, vol. 75, 2022.

SILVA, T. "Direita, volver?! O declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo". Revista Debates, vol. 11, nº 2, 2017.

SILVA, T. "Nem tão 'Flamengo': questões de posição e o voto no Brasil". Revista de Sociologia e Política, vol. 27, nº 69, 2019.

SINGER, A. "The reactivation of the right in Brazil". Opinião Pública, vol. 27, nº 3, p. 705-729, 2021.

SLOTHOUS, R.; BISGAARD, M. "How Political Parties Shape Public Opinion in the Real World". *American Journal of Political Science*, vol. 65, no 4, p. 896-911, 2021.

TABER, C.; LODGE, M. "Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs". *American Journal of Political Science*, vol. 50, no 3, p. 755-769, 2006.

TREIER, S.; HILLYGUS, D. "The nature of political ideology in the contemporary electorate". *Public Opinion Quarterly*, vol. 73, no 4, p. 679-703, 2009.

VANDERWEELE, T.; DING, P. "Sensitivity Analysis in Observational Research: Introducing the E- Value". *Annals of Internal Medicine*, vol. 167, no 4, p. 268-274, 2017.

VISCONTI, G. "Economic perceptions and electoral choices: a design-based approach". *Political Science Research and Methods*, vol. 7, no 4, p. 795-813, 2019.

VISCONTI, G.; ZUBIZARRETA, J. "Handling limited overlap in observational studies with cardinality matching". *Observational Studies*, vol. 4, no 1, p. 217-249, 2018.

ZALLER, J. The Nature and Origins of Mass Opinion. Cambridge University Press, 1992.

ZUBIZARRETA, J.; KILCIOGLU, C. "Designmatch: Construction of Optimally Matched Samples for Randomized Experiments and Observational Studies that are Balanced by Design". R package version 0.1.1, 2016.

Apêndice 1
Tabela A1 – Datas de coleta dos dados de painel

	Data	N da Amostra
Onda 1	6 de julho - 21 de julho de 2018	2018
Onda 2	10 de setembro - 19 de setembro de 2018	1009
Onda 3	21 de setembro - 04 de outubro de 2018	1224
Onda 4	29 de outubro - 08 de novembro de 2018	957
Onda 5	9 de janeiro - 25 de janeiro de 2019	817

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Tabela A2 - Covariáveis incluídas no matching

Variável	Categorias	Tipo de Balanceamento
Idade	(1) 16 a 24 anos, (2) 24 a 31 anos, (3) 31 a 39 anos, (4) 39 a 53 anos, (5) 53 a 90 anos	Near-fine balance
Sexo	(0) Homem, (1) Mulher	Mean balance
Escolaridade	(1) Nenhum, (2) Primário Incompleto, (3) Primário Completo, (4) Secundário Incompleto, (5) Secundário Completo, (6) Técnico/ Tecnológico Incompleto, (7) Técnico/Tecnológico Completo, (8) Universitário Incompleto, (9) Universitário Completo, (10) Pós-Graduação	Mean balance
Renda	(1) < R\$ 1050, (2) R\$ 1051 a 1500, (3) R\$ 1501 a 1750, (4) R\$ 1751 a R\$ 3150, (5) > R\$ 3150.	Near-fine balance
Raça	(1) Branco, (2) Pardo, (3) Preto, (4) Amarelo, (5) Vermelho, (6) Outros	Near-fine balance
Religião	(1) Católicos, (2) Evangélicos, (3) Outros	Near-fine balance
Frequência Notícias	(1) Diariamente, (2) Algumas vezes por semana, (3) Algumas vezes ao mês, (4) Raramente, (5) Nunca. Invertida	Mean balance
Confiança Redes	1, 2, 3, 4	Mean balance
Voto em 2014	(1) Dilma, (2) Outros, (3) Não Lembra	Mean balance
Identificação Partidária	(1) PT, (2) Outros	Mean balance
Autoritarismo	0, 1, 2, 3, 4, 5, 6	Mean balance
Confiança nas Forças Armadas	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	Mean balance

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Tabela A3 – Regressão logística do Modelo de Atrito

AS - Regressau	Atrito		
Homossexualidade	-0.085		
	(0.063)		
Livre mercado	0.053		
	(0.045)		
Execução sumária	-0.094		
	(0.116)		
Posse de armas	-0.006		
	(0.048)		
Apoio ao golpe	0.033		
	(0.123)		
Rejeição à democracia	0.035		
	(0.055)		
Idade	-0.034*		
	(0.008)		
Sexo	0.101		
	(0.197)		
Escolaridade	-0.046		
	(0.054)		
Renda	0.008		
	(0.083)		
Raça (preto)	1.730*		
	(0.754)		
Raça (pardo)	0.410		
	(0.316)		
Raça (amarelo)	0.115		
	(0.239)		
Raça (vermelho)	-0.007		
	(0.645)		
Raça (outros)	0.747		
	(0.612)		
Freq. Notícias	0.253*		
	(0.122)		

Confiança nas redes	0.041	
	(0.061)	
Autoritarismo	0.144*	
	(0.057)	
Religião (evangélicos)	0.241	
	(0.266)	
Religião (outros)	-0.042	
	(0.219)	
Regiões (Sudeste)	-0.728*	
	(0.319)	
Regiões (Norte)	-0.086	
	(0.388)	
Regiões (Sudeste)	-0.212	
	(0.292)	
Regiões (Sul)	0.061	
	(0.339)	
Observações	587	
Log Likelihood	-338.701	
Akaike Inf. Crit.	727.401	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023). Significância estatística a p < 0.05.

Tabela A4 – Efeito da variável tratamento com inclusão de confiança nas Forças Armadas

	Golpe	Rejeição à democracia
Tratamento	0.292*	-0.191
	(0.134)	(0.225)
Controles	Sim	Sim
Observações	214	173
R ² Ajustado	0.12	0.29

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023). Significância estatística a p < 0.05.

Tabela A5 - Razões de ricos necessárias para tornar os resultados nulos

Modelo	E-Value
Homossexualidade	3,18x
Execução sumária	5,33x
Porte de armas	2,25x
Apoio ao golpe	6,35x

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Tabela A6 - Estatísticas descritivas antes do matching

	Média Tratado	Média Controle	Dif. Média Padronizada
Idade	3,86	3,13	0,60
Sexo	1,43	1,49	-0,11
Escolaridade	7,19	7,22	-0,01
Renda	3,62	3,21	0,28
Raça (brancos)	0,61	0,45	0,32
Raça (pardos)	0,02	0,00	0,13
Raça (pretos)	0,04	0,11	-0,31
Raça (amarelos)	0,28	0,36	-0,16
Raça (vermelhos)	0,01	0,02	-0,07
Raça (outros)	0,00	0,03	-0,19
Católicos	0,33	0,45	-0,24
Evangélicos	0,31	0,15	0,34
Outros	0,34	0,38	-0,09
Freq. notícias	4,54	4,51	0,02
Confiança redes	2,96	2,71	0,14
Autoritarismo	3,89	3,29	0,40
Voto 2014 (outros)	0,65	0,41	0,50
Voto 2014 (Dilma)	0,11	0,32	-0,68
Voto 2014 (não lembra)	0,23	0,26	-0,06
Identificação partidária	0,02	0,12	-0,56

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Tabela A7 - Estatísticas descritivas depois do matching

	Média Tratado	Média Controle	Dif. Média Padronizada
Idade	3,86	3,75	0,09
Sexo	1,43	1,48	-0,09
Escolaridade	7,19	7,40	-0,09
Renda	3,62	3,49	0,09
Raça (brancos)	0,61	0,57	0,09
Raça (pardos)	0,02	0,01	0,05
Raça (pretos)	0,04	0,06	-0,08
Raça (amarelos)	0,28	0,31	-0,06
Raça (vermelhos)	0,01	0,02	-0,06
Raça (outros)	0,00	0,00	0,00
Católicos	0,33	0,37	-0,07
Evangélicos	0,31	0,28	0,08
Outros	0,34	0,34	0,00
Freq. notícias	4,54	4,63	-0,09
Confiança redes	2,96	2,88	0,04
Autoritarismo	3,89	3,76	0,08
Voto 2014 (outros)	0,65	0,60	0,09
Voto 2014 (Dilma)	0,11	0,12	-0,02
Voto 2014 (não lembra)	0,23	0,27	-0,08
Identificação partidária	0,02	0,03	-0,05

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Cohen et al. (2023).

Apêndice 2: Enunciado das questões

Homossexualidade: Agora, pensando nos homossexuais, até que ponto você aprova ou desaprova que essas pessoas possam se candidatar para cargos públicos?

Livre mercado: O Estado brasileiro, no lugar do setor privado, deveria ser dono das empresas e indústrias mais importantes do país.

Armamento: O porte de armas deve ser liberado no Brasil.

Execução sumária: Qual ponto de vista aproxima-se mais ao seu pensamento? (1) Bandido bom é bandido morto ou (2) Deve-se respeitar os direitos humanos dos réus ou pessoas acusadas de crimes.

Democracia: A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.

Intervenção militar (1): Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das seguintes circunstâncias se justificaria um golpe militar? Quando há muito crime.

Intervenção militar (2): Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das seguintes circunstâncias se justificaria um golpe militar? Quando há muita corrupção.

Abstract

Converted conservatives: the "Bolsonaro effect" in 2018

Current analyses make clear that the candidate Jair Bolsonaro (PSL) managed to galvanize a latent conservatism of the population, which was waiting for a leadership capable of expressing expectations poorly represented in presidential races. These studies suffer from an endogeneity problem: after all, would Bolsonaro also be able to leave the electorate more conservative? To shed light on this issue, we use a Differences in Differences technique to produce an experimental framework that minimizes omitted variable biases and concurrency issues. As a result, we propose that the voters' ideological link with Bolsonaro does not reside only in the ability to attract the conservative portion of the electorate, but in the change in voters' positions during the election to align with the ideas presented by the candidate, which we call the "Bolsonaro effect".

Keywords: Bolsonaro effect; matching; reverse causality; conversion

Resumen

Conservadores convertidos: el "efecto Bolsonaro" en 2018

Los análisis actuales dejan claro que el candidato Jair Bolsonaro (PSL) logró galvanizar un conservadurismo latente de la población, a la espera de un liderazgo capaz de traducir expectativas poco representadas en las contiendas presidenciales. Estos estudios adolecen de un problema de endogeneidad: después de todo, ¿Bolsonaro también sería capaz de hacer que el electorado sea más conservador? Para arrojar luz sobre este problema, utilizamos una técnica de Diferencias en Diferencias para producir un marco experimental que minimice los sesgos de variables omitidas y los problemas de concurrencia. Como resultado, proponemos que el vínculo ideológico de los electores con Bolsonaro no reside solo en la capacidad de atraer a la parte conservadora del electorado, sino en el cambio en el posicionamiento de los electores a lo largo de la contienda electoral para alinearse con las ideas presentadas por el entonces candidato, lo que llamamos "efecto Bolsonaro".

Palabras clave: efecto Bolsonaro; emparejamiento; causalidad inversa; conversión

THIAGO MOREIRA, LUCIO RENNÓ

Résumé

Conservateurs convertis: « l'effet Bolsonaro » en 2018

Les analyses actuelles montrent clairement que le candidat Jair Bolsonaro (PSL) a réussi à galvaniser un conservatisme latent de la population, en attente d'un leadership capable de traduire des aspirations peu représentées aux élections présidentielles. Ces études souffrent d'un problème d'endogénéité : en fin de compte, Bolsonaro serait-il également capable de rendre l'électorat plus conservateur ? Pour éclairer cette question, nous avons utilisé la méthode des doubles différences afin de produire un cadre expérimental qui minimise les biais de variable omise et les problèmes de simultanéité. En conséquence, nous proposons que le lien idéologique des électeurs avec Bolsonaro ne réside pas seulement dans la capacité d'attraction de la fraction conservatrice de l'électorat, mais aussi dans le changement de positionnement des électeurs tout au long de l'élection pour s'aligner sur les idées exposées par le candidat de l'époque, ce que nous appelons « l'effet Bolsonaro ».

Mots-clés : effet Bolsonaro ; matching ; causalité inversée ; conversion

Artigo submetido à publicação em 30 de junho de 2023. Versão final aprovada em 13 de maio de 2024.

